

---

**CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO – CTAP**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**ATA DA 59ª REUNIÃO**

**Data:** 19 de setembro de 2007

**Local:** Auditório da SRHU/MMA, Brasília - DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério do Meio Ambiente – SRHU Márley Caetano de Mendonça

([marley.mendonca@mma.gov.br](mailto:marley.mendonca@mma.gov.br));

- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim ([joaquim@ana.gov.br](mailto:joaquim@ana.gov.br));

- Ministério dos Transportes – MT: Fred Crawford Prado ([fred.crawford@transportes.gov.br](mailto:fred.crawford@transportes.gov.br));

- Ministério da Saúde – MS: ausência;

- Ministério das Cidades – MC: Fernando Mesquita de Carvalho Filho

([fernando.filho@cidades.gov.br](mailto:fernando.filho@cidades.gov.br));

- Ministério da Integração Nacional – MI: Daniel Sosti Perini ([dsperini@gmail.com](mailto:dsperini@gmail.com));

- Ministério da Defesa – MD: ausência;

- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT: ausência;

- Ministério de Minas e Energia – MME: Ênio Bocorny ([bocorny@mme.gov.br](mailto:bocorny@mme.gov.br));

- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: ausência;

- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – DF/GO: ausência;

- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: a indicar;

- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sérgio Dias Canella

([scanella@furnas.com.br](mailto:scanella@furnas.com.br));

- Comitês de Bacias Hidrográficas: Renato Crivelenti ([bpg@daee.gov.sp.br](mailto:bpg@daee.gov.sp.br));

- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Conselheira Silvia

Freedman Ruas Durães ([comlago@redelago.com.br](mailto:comlago@redelago.com.br));

- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Conselheira Ingrid Illich Müller

([ingrid@lactec.org.br](mailto:ingrid@lactec.org.br));

- Organizações Não Governamentais: Conselheira Thereza Christina Pereira de Castro

([tcspecastro@yahoo.com.br](mailto:tcspecastro@yahoo.com.br)).

**DEMAIS PRESENTES:**

- Alessandra Daibert Couri – ANA ([aledaibert@ana.gov.br](mailto:aledaibert@ana.gov.br));

- Andrea Figueiredo – MME ([andrea@mme.gov.br](mailto:andrea@mme.gov.br));

- Carlos Frederico Menezes – EPE ([fredericomenezes@epe.gov.br](mailto:fredericomenezes@epe.gov.br));

- Conceição de Oliveira – UEMA ([ceta\\_mo@yahoo.com.br](mailto:ceta_mo@yahoo.com.br));

- Danilo Lopes Marques da Silva – FURNAS ([dlms@furnas.com.br](mailto:dlms@furnas.com.br));

- Eduardo de Freitas Madeira - Conselheiro – MME ([madeira@mme.gov.br](mailto:madeira@mme.gov.br));

- Fábio Lavor Teixeira – ANEEL ([flavor@aneel.gov.br](mailto:flavor@aneel.gov.br));

- Gilney de Oliveira Vilarim – FURNAS ([vilarim@furnas.com.br](mailto:vilarim@furnas.com.br));

- João Clímaco Soares – Conselheiro – ONG ([climaco@uai.com.br](mailto:climaco@uai.com.br));

- José Luiz Gomes Zoby – ANA ([jlgzoby@ana.gov.br](mailto:jlgzoby@ana.gov.br));

- José Vicente Miranda Regina – TRACTEBEL ([jvicente@tractebelenergia.com.br](mailto:jvicente@tractebelenergia.com.br));

- Luiz de Sales Neto – AAB-Estreito ([lsalesneto@uol.com.br](mailto:lsalesneto@uol.com.br));

- Marco Antonio Silva – ANA ([marcosilva@ana.gov.br](mailto:marcosilva@ana.gov.br));

- Paulo Ferreira Loreto Neto – ([loreto.neto@globo.com.br](mailto:loreto.neto@globo.com.br));

- Wagner de Oliveira Carvalho – FURNAS ([wagner@furnas.com.br](mailto:wagner@furnas.com.br));

- Wando Pereira Borges – SENADO FEDERAL ([wandoborges@hotmail.com](mailto:wandoborges@hotmail.com)).

**RELATORIA:**

- Aureliano Cesar Martins Silva (SRHU/MMA) – [aureliano-cesar.silva@mma.gov.br](mailto:aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Item 1 – Abertura. No dia 19 de setembro de 2007, com início às 9h40, a Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP realizou a sua 59ª reunião, em Brasília/DF. O Relator da CTAP, Sr.

53 **Aureliano Cesar**, da Secretaria Executiva do CNRH, cumprimentou aos presentes, desejou  
54 boas-vindas a todos, confirmou a existência de quórum e solicitou que cada um se apresentasse.  
55 [Item 2 – Eleição do Presidente para o mandato até 31/01/2008](#). A seguir informou sobre a eleição  
56 do presidente da câmara técnica, com mandato até 31 de janeiro de 2008, em cumprimento ao §  
57 2º, art. 27 do Regimento Interno do CNRH e perguntou se algum dos membros se candidataria  
58 ou indicaria outro nome para o cargo. O **Sr. Sérgio Canella (Concessionárias)** indicou o Sr.  
59 Márley Caetano de Mendonça (SRHU) que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então,  
60 o **Sr. Aureliano Cesar (SRHU)** declarou o Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU) eleito  
61 Presidente da CTAP e transmitiu-lhe a condução dos trabalhos da CTAP. O **Sr. Márley Caetano**  
62 **de Mendonça (SRHU)** antes de iniciar a pauta convidou o Sr. João Bosco Senra, Diretor da  
63 SRHU, a compor a mesa e concedeu-lhe a palavra. O **Sr. João Bosco Senra (SRHU)** saudou a  
64 todos e ressaltou a importância do papel da CTAP na implementação da Política Nacional e do  
65 Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, pelas suas atribuições de mediação de conflitos  
66 e análise de projetos. Compartilhou sua preocupação com a não regulamentação do  
67 funcionamento da CTAP até o momento, apesar das discussões já ocorridas no Plenário do  
68 CNRH. Sugeriu que a câmara retome a discussão da proposta de resolução, inclusive para  
69 disciplinar e orientar a pauta das reuniões, que atualmente possui muitos itens que são decididos no  
70 momento da reunião, quanto à sua pertinência ou não com a CTAP. Parabenizou o Sr. Márley  
71 Caetano de Mendonça (SRHU) pelo mandato, ressaltou os avanços que certamente conseguirá  
72 no atendimento dos anseios, demandas e questionamentos da sociedade e agradeceu a todos pelo  
73 empenho e dedicação em fazer da CTAP uma câmara tão importante para o CNRH. O **Sr.**  
74 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** agradeceu ao Sr. João Bosco Senra (SRHU) por  
75 prestigiar a abertura da 59ª Reunião da CTAP e aos membros da câmara pela confiança  
76 depositada. Destacou que o período do mandato será curto mas a responsabilidade muito grande.  
77 Afirmou que vai exercer a função com responsabilidade, respeito a todos e evidentemente com a  
78 autoridade necessária nos momentos de discussões mais calorosas. Enalteceu o trabalho do  
79 Presidente anterior Sr. Julio Thadeu Kettelhut, que face às mudanças estruturais na SRHU  
80 assumiu a importante função de Diretor do Departamento de Revitalização, que impossibilitou  
81 sua permanência na CTAP e também na CTIL. A seguir passou ao [Item 3 – Aprovação da ata -](#)  
82 [58ª Reunião CTAP](#) e consultou aos presentes para as observações a respeito da Ata da 58ª  
83 Reunião CTAP. O relator informou que o **Sr. Fred Crawford (MT)** solicitara alterações nas  
84 linhas 52, 73, 103, 187 e 188, conforme texto que a ele encaminhara por correio eletrônico. A  
85 **Sra. Thereza Christina (ONG)** solicitou correção para rede de gestão compartilhada, na linha  
86 241. O **Sr. Sérgio Canella (Concessionárias)** solicitou correção na linha 264. O **Sr. Márley**  
87 **Caetano de Mendonça (SRHU)** solicitou aos presentes que fizessem correções de conteúdo,  
88 como nas linhas 270 e 271, onde sugeriu definir a opinião da Sra. Martha Sugai (COPEL),  
89 porque as correções de forma das linhas 223, 251, 268, 266, 269, 272, 289, 326, 327, 330, 332 e  
90 337 já estariam detectadas e seriam feitas na revisão final da ata. Não houve mais manifestações  
91 e a ata da 58ª Reunião da CTAP foi aprovada com as alterações solicitadas. A seguir, o **Sr.**  
92 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** esclareceu a relação existente entre os itens 4, 5 e 6 da  
93 pauta e propôs a discussão em conjunto desses itens, após as apresentações. Com a concordância  
94 de todos convidou o Sr. Wando Borges, assessor do Senador Eliseu Resende, autor da matéria,  
95 para apresentar o [Item 4 – Apresentação: PLS nº 209/2007 – Eclusas](#). O **Sr. Wando Borges**  
96 **(Senado Federal)** agradeceu, em nome do senador, ao convite e à oportunidade de apresentar e  
97 debater o projeto de lei recentemente apresentado. Julgou oportuno dedicar alguns minutos para  
98 considerações sobre a importância das eclusas e da navegação interior. Nesse aspecto relatou a  
99 evolução do transporte rodoviário no Brasil e no mundo devido ao baixo custo do petróleo no  
100 passado, enquanto no Brasil o transporte hidroviário que já era pequeno decresceu ainda mais.  
101 Disse que atualmente os maiores problemas para o transporte rodoviário seriam o alto custo  
102 associado à escassez de petróleo e as questões ambientais como o aquecimento global. Na  
103 comparação de custos entre o transporte hidroviário e o rodoviário concluiu que dependendo das  
104 condições de vazão do rio, o custo do transporte hidroviário estaria entre um décimo e um

105 vigésimo do modal rodoviário. Referiu-se ao Plano Nacional de Transporte e Logística elaborado  
106 recentemente pelo Ministério dos Transportes, com uma previsão de aumento substancial da  
107 participação do transporte hidroviário, que passaria dos atuais 13% para 30% do total do  
108 transporte de cargas no Brasil, nos próximos quinze anos. Afirmou que esse objetivo somente  
109 seria viável com o aumento das vias navegáveis, melhoramentos de portos e construção de  
110 eclusas. Atribuiu a existência do problema das eclusas à falta de definição legal da  
111 responsabilidade da construção e operação dessa estrutura, fato que levou o Senador Eliseu  
112 Resende a elaborar o PLS 209/07. Ressaltou os dois pontos essenciais do projeto de lei: a) os  
113 artigos 1º e 2º que caracterizam a operação de eclusas ou outros dispositivos como serviço  
114 público e que levariam o Poder Público a prestar esse serviço diretamente ou por meio de  
115 outorga, concessão ou autorização; b) o Art. 3º e seus parágrafos que tornariam obrigatória a  
116 elaboração de estudos de viabilidade para a implantação das eclusas ou outros mecanismos de  
117 transposição de níveis, com objetivo de caracterizar se deveria ou não existir o dispositivo de  
118 transposição, que em caso afirmativo necessitaria de definição das características e dimensão  
119 desses dispositivos. Esclareceu que nos parágrafos 2º e 3º do Art. 3º, a construção simultânea ou  
120 posterior da eclusa estaria vinculada e seria condição indispensável estabelecida pelo estudo de  
121 viabilidade, para a obtenção da outorga e do licenciamento ambiental, com a determinação da  
122 data para a construção da eclusa, de acordo com a potencialidade de carga verificada no estudo  
123 de viabilidade. Não comentou os demais artigos por considerá-los definições e atribuições  
124 decorrentes dos três primeiros, considerados a essência do projeto. Citou as experiências e lições  
125 do passado, relativas ao dimensionamento das eclusas na bacia do rio Tietê e na barragem de  
126 Tucuruí. Teceu comentários sobre as potencialidades do transporte hidroviário das regiões norte  
127 e centro-oeste, principalmente o escoamento da produção agrícola, soja e milho. Externou sua  
128 preocupação em relação à bacia amazônica, especialmente para as barragens do rio Madeira,  
129 Santo Antonio e Jirau, onde ainda se discute a implantação de eclusas, que se não forem  
130 construídas estaríamos condenando também a uma bacia fechada, como ocorreu em Tucuruí.  
131 Referiu-se também ao rio Tapajós, seus dois formadores, Juruena e Teles Pires, e encerrou  
132 colocando-se à disposição para o debate e esclarecimentos sobre o PLS nº 209/2007. A seguir, o  
133 **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** convidou o Sr. José Luiz Gomes (ANA) para  
134 apresentar o [Item 5 – Apresentação: Plano de Estratégico para a Bacia do Rio Tocantins \(ANA\)](#).  
135 O **Sr. José Luiz Gomes (ANA)** agradeceu ao convite e esclareceu que o plano encontra-se em  
136 andamento motivo pelo qual ainda não poderia apresentar os resultados finais. Falou sobre os  
137 objetivos do plano e descreveu o seu escopo geral, constituído de três etapas a serem cumpridas.  
138 A primeira, referente ao diagnóstico, já concluída, contém estudos especiais e complementares  
139 sobre a bacia hidrográfica, procurou identificar os condicionantes e vulnerabilidades ambientais,  
140 dinâmica econômica social, identificação de situações críticas e potencialidades da região. Nesse  
141 aspecto descreveu as características físicas, sociais, econômicas e ambientais, com destaque para  
142 os temas mais relevantes como recursos minerais, agropecuária, geração de energia, transportes  
143 rodoviário e hidroviário, disponibilidade e demanda de água. A segunda etapa, em andamento,  
144 relativa à avaliação de cenários alternativos seria a visão do futuro da bacia, com a análise das  
145 tendências das políticas públicas e do setor privado, a curto, médio e longo prazo, da dinâmica de  
146 desenvolvimento interregional e nacional e dos impactos socioambientais e critérios de  
147 sustentabilidade. Ressaltou que nessa etapa serão considerados os cenários de desenvolvimento  
148 econômico e de crescimento da demanda, como uma forma de antecipar e evitar problemas e não  
149 só atuar na sua mitigação. A terceira etapa, consolidação do plano, considerou a mais crítica por  
150 ser a que define: metas e estratégias de curto médio e longo prazo; diretrizes para  
151 compatibilização de políticas, planos e programas governamentais, com a gestão integrada dos  
152 recursos hídricos; diretrizes para ajustes em projetos de aproveitamento de recursos hídricos;  
153 proposta de implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, e  
154 programas de ação, objetivos, metas, descrição das atividades, responsabilidade pela  
155 implementação, orçamento, fontes de recursos, cronograma e indicadores para avaliação de  
156 performance. Elencou os principais desafios a serem vencidos: promover construção de

157 consensos entre atores sociais relevantes; aperfeiçoar a coordenação intersetorial entre  
158 Ministérios, Agências Reguladoras, Governos Estaduais e Municipais, e integrar diferentes  
159 temas sob a ótica do uso sustentável do recurso hídrico. Concluiu apresentando o cronograma de  
160 execução com previsão de encerramento para maio de 2008 e colocou-se à disposição para  
161 esclarecimentos. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**, antes de passar ao [Item 6 –](#)  
162 [Relato das Atividades do GT-UHE Estreito](#) recapitulou a criação do GT na reunião anterior, com  
163 prazo de vigência determinado, quatro objetivos a serem alcançados e concedeu a palavra ao **Sr.**  
164 **Fábio Lavor (ANEEL)** que descreveu o ambiente de discussão do GT, com representantes de  
165 diversos segmentos da sociedade civil, empreendedor e governo, entre outros. Disse que os  
166 primeiros itens debatidos pelos presentes foram os objetivos estabelecidos pela câmara técnica,  
167 oportunidade em que o grupo julgou por bem levantar questões anteriores para embasar a  
168 discussão, que acabaram por ampliar a o foco inicialmente previsto pela CTAP. Referiu-se à  
169 leitura do documento Agenda Positiva utilizado como balizador da reunião que resultou num  
170 amplo e demorado debate. Mencionou também o requerimento apresentado pelo FONASC com  
171 algumas propostas de encaminhamento, também amplamente discutido. Após essas informações  
172 elencou as conclusões do GT. a) Prorrogar o prazo para continuidade das atividades, face a  
173 necessidade elucidação das dúvidas levantadas. b) Programar a segunda reunião e convidar para  
174 apresentações com o objetivo de nivelar as informações, os seguintes órgãos: Agência Nacional  
175 de Águas para esclarecer questões sobre a outorga, usos múltiplos, cobrança e disponibilidade de  
176 recursos hídricos; IBAMA e Instituto Chico Mendes para informar como serão aplicados os  
177 recursos da compensação ambiental e esclarecer outros pontos como o licenciamento;  
178 Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito para apresentar as demandas locais, e  
179 CESTE, o consórcio empreendedor, para apresentar o andamento do projeto e das obras e abrir  
180 um canal de comunicação com os demais envolvidos. c) Convidar para integrar o GT os gestores  
181 locais, prefeitos, Ministério Público e demais interessados. d) Consultar ou convidar a CTPOAR  
182 para participar da discussão. e) Que as atividades/ações já em desenvolvimento pelos atores  
183 envolvidos não sejam prejudicadas pelas atividades do GT. Considerou que diante do calor das  
184 discussões ocorridas, o GT caminhou bem, sem no entanto focar o objetivo estabelecido pela  
185 câmara técnica. Terminadas as apresentações, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**  
186 abriu a palavra aos presentes. O **Sr. Ênio Bocorny (MME)** esclareceu inicialmente que o setor  
187 elétrico não tem uma posição contrária à eclusa, desde que seja executada com princípios  
188 definidos. Quanto à proposta do PLS nº 209/2007, julgou a melhor fundamentada entre todas  
189 existentes sobre esse assunto e afirmou que a CTAP poderia aperfeiçoar alguns pontos  
190 interessantes, como a definição de rio navegável ou potencialmente navegável. Sugeriu ao autor  
191 apensar os demais PL's ao de sua autoria a fim de evitar prejuízos. Reportou-se ao GT-Eclusas,  
192 atualmente paralisado, para sugerir sua reativação com o objetivo de analisar e apresentar  
193 contribuições ao PLS, dentro de uma visão nacional e não apenas da eclusa de Estreito.  
194 Especificamente sobre a eclusa de Estreito apresentou cópias dos ofícios 2958/2006 e  
195 3320/2006, do DNIT, nos quais o Ministério dos Transportes admite a responsabilidade pela sua  
196 construção e afirmou que seria em vão a tentativa de imputar ao empreendedor essa  
197 responsabilidade, porque não existiria amparo legal para isso por não estar prevista na licitação e  
198 no contrato. O **Sr. Eduardo Madeira (MME)** complementou dizendo que o PLS nº 209/2007  
199 seria o primeiro projeto de lei a abordar a questão da viabilidade para a construção da eclusa,  
200 imprescindível em qualquer discussão sobre o assunto. Sugeriu um melhor detalhamento dos  
201 estudos de viabilidade mencionados no PLS, com destaque principalmente para dois tipos de  
202 estudos: o técnico/econômico e o sócio/ambiental. Em relação às referências feitas aos  
203 aproveitamentos dos rios Madeira, Tapajós e Santa Izabel, informou que os projetos elaborados  
204 em parceria com o Ministério dos Transportes contemplaram a construção das eclusas e a não  
205 inclusão dessas obras no leilão foi uma decisão de Governo, por considerar que o impacto  
206 ambiental das eclusas, ainda sem informações suficientes, seria muito diferente da usina  
207 hidrelétrica. Observou que a preservação dos interesses ambientais algumas vezes prejudica  
208 outros interesses como a geração de energia ou navegação. Informou o estágio atual dos projetos



209 nessa região e comentou as principais dificuldades encontradas. O **Sr. Wando Borges (Senado**  
210 **Federal)** informou que o Senador Delcídio Amaral foi designado o relator do projeto de lei e que  
211 seu substitutivo manteria a essência da proposta original, além de incorporar pontos importantes  
212 dos demais PL's existentes no Congresso, com o objetivo de conciliar os diversos interesses.  
213 Agradeceu e considerou muito pertinentes as sugestões apresentadas pelos representantes do  
214 MME teceu breves comentários sobre a tramitação do projeto de lei de 1995, também de autoria  
215 do Senador Eliseu Resende, para atualização do Plano Viário, de 1973, que contém a definição  
216 de rios navegáveis ou potencialmente navegáveis. O **Sr. João Clímaco (ONG)** comunicou que,  
217 na medida do possível, a coordenação dos trabalhos do GT foi exercida em conjunto com o Sr.  
218 José Vicente (TRACTEBEL) e se sentia honrado em protagonizar esse momento importante de  
219 atendimento aos anseios da sociedade civil, de maneira democrática, aberta e transparente. Disse  
220 que, apesar dos momentos difíceis da reunião do GT, estaria convicto da possibilidade de  
221 resgatar o princípio fundamental do uso múltiplo das águas, previsto na lei nº 9433/77 e solicitou  
222 aos presentes a atribuição da devida importância a esse fato, face ao processo de transição da  
223 hegemonia de um setor ao exercício do uso múltiplo. Recomendou cuidado no convencimento  
224 do setor elétrico, público e privado, para não haver uma indução à má interpretação dos papéis,  
225 ou seja a atuação magistrada do Governo e a atitude cidadã dos empreendedores em respeito aos  
226 demais atores do processo. Apoiou as propostas de encaminhamento do GT, especialmente  
227 quanto à continuidade e ampliação das discussões, para o esclarecimento de dúvidas que ainda  
228 persistem como a da legitimidade da outorga. Disse que a sociedade civil não pretende impedir o  
229 desenvolvimento do setor elétrico, nem polarizar uma discussão entre esses segmentos, mas  
230 preservar os preceitos legais que garantem o uso múltiplo das águas. O **Sr. Fred Crawford**  
231 **(MT)** pediu desculpas por seu atraso e pela perda das discussões até agora acontecidas, pois  
232 tivera que atender solicitação do Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes para oitiva  
233 de instruções. A **Sra. Silvia Durães (Consórcios)** disse que a sua visão estaria voltada para a  
234 defesa da gestão dos recursos hídricos, quando convive com a UHE-Três Marias e constata que  
235 não haveria possibilidade de corrigir as falhas existentes, como a falta da escada de peixes, que  
236 já teria comprometido o processo da fauna aquática do rio São Francisco. Lembrou que a gestão  
237 de recursos hídricos seria na verdade a gestão de interesses dos diversos segmentos integrantes  
238 do sistema e com dois grandes desafios a serem vencidos. O primeiro seria conciliar as posições  
239 antagônicas por ventura existentes, com o interesse nacional sempre se sobrepondo ao regional e  
240 o segundo seria a integração das políticas setoriais e conseqüentemente suas informações e  
241 bancos de dados que encontram-se dispersas, até mesmo no Governo Federal. A **Sra. Theresa**  
242 **Christina (ONG)** disse que após a excelente apresentação do Sr. Wando Borges (Senado  
243 Federal) estaria em melhores condições para orientar sua manifestação sobre a importância do  
244 transporte hidroviário em nosso país. Interrogou como seria possível os doutores se sentarem à  
245 mesa e encaminharem projetos que não contemplam questões básicas como a social e ambiental.  
246 Disse que a postura não se limitaria a participar da elaboração de moções e resoluções, com a  
247 publicação do livro de normas legais ao final do ano. Repudiou esse tipo de comportamento,  
248 inconcebível segundo seu entendimento. Afirmou que todos têm o compromisso e o dever moral  
249 de mudar esse modelo de comportamento ultrapassado. Cobrou uma resposta rápida à sociedade  
250 porque os fatos estariam acontecendo, na certeza de contar com o apoio do Presidente da CTAP.  
251 Encerrou manifestando-se favorável à continuidade do GT com uma visão mais ampla do que a  
252 proposta inicial. O **Sr. Eduardo Madeira (MME)** reportou-se à reunião do GT, criado com  
253 objetivo específico, para afirmar que houve uma repetição do debate ocorrido na reunião anterior  
254 da CTAP, com a discussão de assuntos que extrapolaram as competências dos recursos hídricos.  
255 Ressaltou a importância da questão e sugeriu a sua discussão na câmara técnica ou até mesmo no  
256 Plenário do CNRH, onde a participação dos segmentos seria mais ampla. O **Sr. José Vicente**  
257 **(TRACTEBEL)** concordou com as observações e sugestões do Sr. Eduardo Madeira (MME).  
258 Observou que dos cinco pontos encaminhados pelo GT apenas o quinto foi consenso geral,  
259 enquanto os demais seriam de caráter mais amplo o que descaracterizaria a discussão num grupo  
260 de trabalho de caráter mais específico. Após as manifestações o **Sr. Márley Caetano de**

261 **Mendonça (SRHU)** passou ao encaminhamento da matéria e fez um resumo das questões e  
262 sugestões apresentadas, a saber: a) prorrogar as atividades do GT-UHE Estreito e definir sua  
263 pauta de discussão; b) encerrar as atividades do GT-UHE Estreito, retomar a discussão do  
264 assunto na CTAP e reativar o GT-Eclusas. Após a manifestações dos presentes constatou-se que  
265 houve consenso para o seguinte encaminhamento: b) encerrar as atividades do GT-UHE Estreito,  
266 retomar a discussão do assunto na CTAP e reativar o GT-Eclusas com o objetivo específico de  
267 analisar o PLS nº 209/207 e apresentar sugestões. O relator ficou encarregado dos seguintes  
268 desdobramentos para próxima reunião: a) resgatar o trabalho realizado pelo GT-Eclusas; b)  
269 convidar o empreendedor para apresentar o estágio atual da obra; c) convidar a ANA/ANEEL  
270 para apresentar esclarecimentos sobre o processo de outorga. Encerrada a discussão, procedeu-se  
271 o intervalo para o almoço, às 12h40. Às 14h30 o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)**  
272 reabriu os trabalhos, esclareceu que a apresentação do item 7 serviria para subsidiar a discusaão  
273 do item 8 e concedeu a palavra ao Sr. Marco Antonio Silva (ANA) para encaminhar o [Item 7 –](#)  
274 [Apresentação: Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH \(ANA\)](#). O **Sr.**  
275 **Marco Antonio Silva (ANA)** agradeceu ao convite e explicou que o SNIRH é um dos  
276 instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus objetivos foram estabelecidos  
277 pela Lei nº 9433/97. Ressaltou que sua concepção tem como fundamento a construção conjunta,  
278 participativa e descentralizada. Descreveu as etapas para implementação do sistema, desde a  
279 concepção até implantação e treinamento. A seguir listou os subsistemas propostos e explicou a  
280 estrutura, conteúdo, módulos, submódulos, ferramentas e funcionamento de cada um. Para o  
281 subsistema Inteligência Geográfica, ressaltou que está baseado em conceitos de Sistemas de  
282 Informação Geográfica – SIG, requer rede hidrográfica topologicamente consistente, feições  
283 geográficas e atributos devidamente tratados, com a utilização do método do  
284 hidrorreferenciamento. Disse que esse sbsistema exerce função integradora com os demais  
285 módulos, associa e disponibiliza informações de apoio à gestão de recursos hídricos e que as  
286 informações deste subsistema podem ser classificadas em: Nativas, Agregadas e Referenciadas.  
287 O subsistema de regulação de usos reúne informações sobre usos de recursos hídricos em todo o  
288 território nacional e visa possibilitar a regulação do uso dos recursos hídricos em bacias com  
289 dominialidade repartidas entre União e Estados. Informou que neste módulo encontram-se os  
290 seguintes processos associados: CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos,  
291 já concluído; outorga de uso em corpos hídricos; cobrança de usos em corpos hídricos;  
292 fiscalização de usos em corpos hídricos de domínio da União, e recebimento e disponibilização  
293 aos gestores estaduais de dados de usuários e maneira a permitir a coerência no exercício da  
294 regulação dos usos. O subsistema de dados quali-quantitativos armazena informações de  
295 qualidade e quantidade oriundas do monitoramento hidrometeorológico e da operação hidráulica  
296 de reservatórios assim classificados: dados de postos fluviométricos e pluviométricos; dados de  
297 qualidade da água; dados históricos de operação hidráulica, e séries naturais de vazões  
298 reconstituídas. Explicou que o subsistema de planejamento e gestão tem como objetivos:  
299 fornecer suporte aos processos de planejamento da gestão de recursos hídricos; permitir o  
300 acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos no País; permitir o  
301 acompanhamento do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; fornecer  
302 subsídios à elaboração de planos de recursos hídricos, e construir cenários exploratórios. Falou  
303 que o subsistema de inteligência hídrica tem como finalidade a disponibilização de informações  
304 de vazões para planejamento e outorga e permite: associar e disponibilizar informações  
305 necessárias à gestão de recursos hídricos; gerar informações de vazões a partir de regionalização  
306 de vazões, modelos chuva-vazão, reconstituição de vazões naturais e simulações hidráulicas;  
307 orientar a operação hidráulica de reservatórios, e subsidiar o planejamento da gestão dos recursos  
308 hídricos. Relatou o subsistema de inteligência documental que disponibiliza informações sobre  
309 documentos relacionados ou indicados por ações do sistema, com a indexação automática das  
310 informações, recepção e captura de informação documental e disponibilização das informações  
311 via WEB. Para finalizar esclareceu que o SNIRH é um sistema ainda em desenvolvimento, com  
312 algumas etapas já concluídas e outras em construção, portanto aberto às sugestões que a câmara

313 técnica venha a apresentar. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** abriu a palavra aos  
314 presentes para esclarecimentos. A **Sra. Sílvia Durães (Consórcios)** referiu-se ao sistema de  
315 informações em construção na sua área de atuação, o COMLAGO em Três Marias-MG e revelou  
316 preocupação com a falta comunicação com os sistemas do Estado de Minas Gerais e da União.  
317 Perguntou sobre as escalas utilizadas, formas de inserção de dados no CNARH, os tipos de  
318 arquivos utilizados e como resolver esse problema para otimizar o serviço de digitação. O **Sr.**  
319 **Marco Antonio Silva (ANA)** respondeu às perguntas formuladas, reconheceu que esse tipo de  
320 problema não deveria ocorrer e colocou-se à disposição para manter contato após a reunião com  
321 vistas a solução desses problemas. A **Sra. Conceição de Oliveira (UEMA)** disse que como  
322 usuária do sistema Hidroweb não verificou na apresentação a abordagem das PCD's  
323 meteorológicas e de informação e perguntou como obter e trabalhar essas informações. O **Sr.**  
324 **Marco Antonio Silva (ANA)** respondeu que quando o Hidroweb foi concebido o advento das  
325 estações telemétricas ainda não havia acontecido, motivo pelo qual esse sistema não foi  
326 preparado pra receber informações dessas estações. Informou que a ANA desenvolveu outro  
327 sistema para receber esse banco de dados que encontra-se disponível na internet. Esclareceu  
328 ainda que no sistema quali-quantitativo do SNIRH a idéia seria promover a integração desses  
329 bancos de dados. Não havendo mais esclarecimentos o **Sr. Márley Caetano de Mendonça**  
330 **(SRHU)** passou ao [Item 8 – Proposta de resolução sobre a criação do Cadastro Nacional de](#)  
331 [Conflitos e Demandas Socioambientais](#) e consultou ao Sr. João Clímaco, autor da proposta, se  
332 após a apresentação do SNIRH e considerando os custos e as dificuldades para criação e  
333 manutenção de um novo cadastro, sua proposta estaria atendida. O **Sr. João Clímaco (ONG)**  
334 disse como representante da sociedade civil tem como referência para o seu trabalho os  
335 pressupostos e fundamentos da Lei nº 9433/97 referentes aos usos múltiplos e gestão  
336 compartilhada. Entendeu, pelo que foi apresentado, que esses pressupostos poderiam ser  
337 atendidos pelo SNIRH, pois permite a interface com diversos atores. Contudo, sugeriu a  
338 ampliação dos fundamentos dos sistema e das diretrizes operacionais do sistema para melhor  
339 atender o princípio da gestão compartilhada, principalmente no que se refere à influência das  
340 atividades antrópicas e também sócio-ambientais. Gostaria que isso aparecesse mais claramente  
341 como objetivo do sistema com a inclusão de indicadores de demandas e conflitos no subsistema  
342 de planejamento e gestão ou de regulação de usos. Afirmou que se essas sugestões forem  
343 acatadas, estaria satisfeito em relação à sua proposta, mas como isso não ainda aconteceu  
344 solicitou celeridade na decisão e que a proposta não seja rejeitada de imediato. Sugeriu a  
345 realização de uma reunião entre a ANA e a sociedade civil para dar subsídio para isso. O **Sr.**  
346 **Paulo Loreto** considerou a proposta salutar. Entretanto não percebeu, a exemplo fóruns  
347 administrativos de última instância, como o PROCON e CADE entre outros, a capacidade de  
348 solução dos conflitos a serem cadastrados. Isso tornaria o cadastro proposto apenas num local de  
349 registro sem nenhum desdobramento posterior. A **Sra. Ingrid Müller (OTEP)** disse que a  
350 princípio sempre estaria favorável à criação de banco de dados e reconheceu o esforço da ANA  
351 para a implementação, manutenção do SNIRH. Quanto à proposta do cadastro de conflitos e  
352 demandas socioambientais revelou não ter entendido a sua essência ou que tipo de informação  
353 seria registrada, bem como quem resolveria o problema. Considerou a complementação do  
354 SNIRH, se possível, como a opção mais viável. O **Sr. João Clímaco (ONG)** concordou que o  
355 conceito de conflito daria margem à abstração. Disse que a princípio não detalhou todas as  
356 alternativas na proposta, mas que poderia melhorá-la com as contribuições apresentadas. O **Sr.**  
357 **Joaquim Gondin (ANA)** perguntou se no elenco de módulos apresentados qual estaria faltando  
358 ou poderia ser complementado. Informou que no módulo referente ao plano de bacia a proposta  
359 seria totalmente contemplada. Esclareceu que esse módulo encontra-se em construção e possui  
360 uma abrangência muito maior que a proposta, conforme pode ser constatado na apresentação.  
361 Falou que a ANA recebeu o mandato para desenvolver esse instrumento previsto na Lei nº  
362 9433/97 e que encontra-se em plena discussão com os órgãos gestores, universidades e demais  
363 interessados. Concordou com a Sra. Ingrid Müller (OTEP) quanto à dificuldade de entidimento da  
364 proposta, especialmente em relação aos fundamentos errados. O **Sr. José Vicente**

365 **(TRACTEBEL)** foi contrário à proposta de criação de mais um cadastro e opinou  
366 favoravelmente à complementação do SNIRH. Sugeriu ao Sr. João Clímaco (ONG) verificar o  
367 que faltaria na concepção do SNIRH e sugerir as inclusões, num trabalho mais objetivo e  
368 profícuo. O **Sr. Joaquim Gondin (ANA)** ratificou sua posição de que ao propor a apresentação  
369 do SNIRH, que considerou o embrião, tinha como objetivo buscar e incluir as contribuições para  
370 complementar o sistema. Os **Srs. Eduardo Madeira (MME), Sérgio Canella**  
371 **(Concessionárias)** e a **Sra. Alessandra Daibert (ANA)** também manifestaram-se  
372 contrariamente à criação de um novo cadastro e consideraram mais apropriada a inclusão de  
373 novos itens no SNIRH. A **Sra. Theresa Christina (ONG)** constatou a formação de consenso em  
374 torno da proposta de ampliação ou complementação do SNIRH. Comprometeu-se em comum  
375 acordo com o Sr. João Clímaco (ONG) à apresentar, junto à ANA, as sugestões dos novos  
376 módulos em substituição ao cadastro proposto. O **Sr. Joaquim Gondin (ANA)** declarou que as  
377 sugestões podem ser encaminhadas pelos entes do SINGREH de forma qualificada, ou seja, que  
378 não extrapolem as atribuições estabelecidas pela Lei. Citou como exemplos a inclusão de  
379 prefeituras que não são entes do SINGREH ou de processos judiciais que dependem de análise  
380 da procuradoria jurídica. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** lembrou que o  
381 tratamento de conflitos na gestão de recursos hídricos acontece em duas esferas. A primeira,  
382 administrativa, nos comitês de bacias e em grau de recurso no respectivo conselho, de acordo  
383 com a dominialidade do rio e a segunda a judicial. Confirmou o consenso em torno da proposta de  
384 ampliação e/ou complementação do SNIRH e recomendou que as propostas sejam encaminhadas  
385 à Secretaria Executiva do CNRH para repassá-las à ANA. A seguir passou ao [Item 9 – Proposta](#)  
386 [de criação do GT sobre projetos de interligação de bacias](#) de autoria da Sra. Ninon Machado  
387 (ONG) e solicitou ao relator um breve relato sobre a origem da proposta. O **Sr. Aureliano Cesar**  
388 **(SRHU)** relatou que a proposta fora apresentada na XX Reunião Extraordinária do CNRH, em  
389 19 de março de 2007 e repassada à CTAP, conforme constante da Ata nas linhas 264 a 274 e  
390 cujo extrato está transcrito a seguir: *“Informes. A Sra. Ninon Machado (ONGs) fez a leitura de*  
391 *um documento a ser encaminhado às Câmaras Técnicas do CNRH, cujo objeto refere-se à*  
392 *interligação de bacias hidrográficas cuja regulação não está prevista na legislação vigente*  
393 *(Anexo X). Em seguida, falou sobre a importância de se colocar na pauta do CNRH a discussão*  
394 *sobre pontos da Lei nº 9.433, de 1997, ainda não regulados pela legislação vigente, com*  
395 *destaque para o artigo 12, § 2º, que precisaria ser interpretado tendo em vista o artigo 52*  
396 *dessa mesma Lei. Nesse mesmo sentido, ressaltou ainda a necessidade de aperfeiçoamento*  
397 *sobre a questão da interligação de bacias. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) disse que*  
398 *esses temas deveriam ser encaminhados para análise das Câmaras Técnicas. Referindo-se à*  
399 *segunda questão apresentada, lembrou que este Conselho não aprovara uma proposta de*  
400 *resolução encaminhada pela CTAP, de regulamentação do inc. III, art. 35, da Lei nº 9.433, de*  
401 *1997.”* Informou ainda que ao receber o documento, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut, Presidente da  
402 CTAP àquela época, enviou o Ofício nº 03/2007 à Conselheira Ninon Machado solicitando-lhe a  
403 apresentação da minuta de resolução sobre o assunto e obteve como resposta o Ofício de 30 de  
404 julho de 2007, contendo a proposta de criação do GT, ora apresentado nesta reunião. Após esses  
405 esclarecimentos, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** submeteu a matéria à  
406 apreciação dos presentes. O **Sr. Joaquim Gondin (ANA)** lembrou que na abertura desta reunião  
407 o Sr. João Bosco Senra (SRHU) ressaltou a necessidade de regulamentação do Inciso III, Art. 35  
408 que atribui ao CNRH: deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas  
409 repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados. Considerou que a  
410 proposta da conselheira estaria atendida a partir da regulamentação do artigo 35 da lei que  
411 trataria o assunto de forma abrangente, todos os projetos e não apenas os projetos de interligação  
412 de bacias. Então o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** submeteu a proposta de criação  
413 do GT para disciplinar a interligação de bacias à votação pelos membros CTAP e o mesmo foi  
414 rejeitado por unanimidade. Na sequência o relator ficou encarregado de apresentar a minuta de  
415 resolução sobre a regulamentação do Inciso III, Art. 35, da Lei nº 9433/97. O **Sr. João Clímaco**  
416 **(ONG)** declarou o voto pela rejeição em função da proposta de regulamentação do artigo 35, que



417 atenderia a proposição da Sra. Ninon Machado (ONG). Encerrado o assunto, passou-se ao [Item](#)  
418 [10 – Discussão de Encaminhamento: Projeto UHE - Tijuco Alto](#). O **Sr. Aureliano Cesar**  
419 **(SRHU)** leu o email recebido pela Secretaria Executiva, no qual a Sra. Laura de Jesus (ONG)  
420 solicita a inclusão na pauta desta reunião da CTAP, em caráter de urgência, a discussão do  
421 projeto da UHE-Tijuco Alto. O **Sr. Ênio Bocorny (MME)** informou que as audiências públicas  
422 citadas no email já foram realizadas e o processo encontra-se bem evoluído com a participação  
423 de todos os atores, empreendedor, sociedade civil, setor elétrico e Ministério Público. Opinou  
424 que antes de iniciar a discussão na CTAP haveria a necessidade de resgatar o atual estágio do  
425 processo. A **Sra. Andrea Figueiredo (MME)** complementou informando que o  
426 empreendimento já possui concessão, que a outorga já foi emitida, já foi licitado, tem o parecer  
427 do Ministério Público com recomendações que já foram acatadas pelo IBAMA, em resumo trata-  
428 se de um projeto em andamento. O **Sr. João Clímaco (ONG)** disse que antes de recusar a  
429 proposta a câmara técnica deveria considerar o disposto em suas competências e respeitar a  
430 solicitação da Sra. Laura de Jesus (ONG). Sugeriu ouvir a proponente que poderia apresentar  
431 contribuições que ajudariam a resolver o problema. O **Sr. Eduardo Madeira (MME)** observou  
432 que as questões apresentadas na correspondência são relativas ao licenciamento ambiental e  
433 portanto de competência do CONAMA. O **Sr. Sérgio Canella (Concessionárias)** sugeriu que  
434 antes deveríamos convidar a Sra. Laura de Jesus (ONG) para apresentar o problema na próxima  
435 reunião e depois decidir sua inclusão ou não na pauta de discussão. O **Sr. Márley Caetano de**  
436 **Mendonça (SRHU)** considerou a proposta boa e observou a falta de elementos para uma tomada  
437 de decisão responsável e diante do consenso pelo convite à Sra. Laura de Jesus (ONG) encerrou  
438 o assunto e passou ao [Item 11 – Assuntos Gerais](#) e concedeu a palavra ao Sr. Luiz de Sales Neto  
439 (AAB-Estreito). O **Sr. Luiz de Sales Neto (AAB-Estreito)** disse que um dos motivos da sua  
440 participação na reunião do GT foi fazer aditamentos ao documento Agenda Positiva e desculpou-  
441 se pela maneira dura como abordou a discussão, devido às incertezas vividas pela comunidade  
442 pelo longo tempo de existência do conflito. Relatou a dificuldade de comunicação com o  
443 consórcio para tratar de questões não consideradas no barramento, como os efeitos nos rios  
444 tributários e cumulativos na bacia hidrográfica. Recomendou aos órgãos gestores não tomar  
445 decisões apressadas sem considerar essas questões. Afirmou que a resistência não tem a intenção  
446 de procrastinar o desenvolvimento, mas de defender os direitos da sociedade na busca do  
447 cumprimento do TAC e dos condicionantes do licenciamento ambiental. Nesse aspecto informou  
448 que mesmo sem o atendimento dos condicionantes da licença prévia a licença de instalação foi  
449 emitida. Criticou a estratégia dos empreendedores que no início do processo promentem grandes  
450 benefícios à população local e desenvolvimento regional e mudam de comportamento após a  
451 aprovação e início do projeto. Solicitou a intermediação do CNRH/CTAP nesse processo para  
452 criar um fórum de discussão, uma vez que o empreendedor não se dispõe e torna a pacificação  
453 do conflito muito difícil. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** agradeceu ao Sr. Luiz  
454 de Sales pela manifestação e disse que apesar da atribuição técnica da CTAP seria de bom alvitre  
455 conhecer todos os vieses das situações, inclusive a realidade local, para que possamos analisar  
456 tecnicamente as questões sem esquecermos desses detalhes. Ao ser indagado pelo Sr. Luiz de  
457 Sales se sua manifestação teria algum desdobramento respondeu que os encaminhamentos desse  
458 assunto foram definidos no item anterior com as apresentações do empreendedor e das agências  
459 ANA/ANEEL. Todavia, ressaltou que as reuniões das câmaras técnicas são públicas e abertas à  
460 participação de todos os interessados para fazerem suas colocações e que somente em caso de  
461 votação reserva esse direito aos seus membros. A **Sra. Theresa Christina (ONG)** solicitou ao  
462 representante do empreendedor que forneça todos os estudos e projetos da UHE-Estreito para  
463 que os membros da sociedade possam melhor conhecê-los e estudá-los. Solicitou também que os  
464 pontos encaminhados pelo GT e não acatados, relativos às questões ambientais, sejam  
465 encaminhados pela CTAP ao CONAMA/IBAMA para que possa postular ações junto a esses  
466 órgãos. O **Sr. Eduardo Madeira (MME)** escalreceu que todos os documentos aprovados da  
467 UHE Estreito, como os estudos de viabilidade, projeto básico, licenças ambientais e outorga  
468 encontram disponíveis nos respectivos órgãos, para download via internet ou cópias em meio

469 magnético nas bibliotecas desse órgãos. Quanto ao encaminhamento de documentos ao  
470 CONAMA/IBAMA, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU)** explicou que as câmaras  
471 técnicas não possuem essa atribuição. Sugeriu a formalização da solicitação à Secretaria  
472 Executiva do CNRH ou o encaminhamento direto por parte dos representantes da sociedade  
473 civil. Ainda em *Assuntos Gerais*, passou a palavra ao relator. O **Sr. Aureliano Cesar (SRHU)**  
474 informou sobre o Ofício nº 249/2007 do Deputado Federal Guilherme Menezes que solicita  
475 audiência ao Secretário da SRHU, Sr. Luciano Zica, para discutir questões relacionadas às obras  
476 do DNOCS no Estado da Bahia. Diante da falta de informações detalhadas sobre essa questão, o  
477 **Sr. Joaquim Gondim (ANA)** solicitou que o documento fosse encaminhado antecipadamente  
478 aos envolvidos com a consulta sobre o interesse ou não de discuti-lo na CTAP. O **Sr. Daniel**  
479 **Perini (MI)** disse estar tomando conhecimento desse assunto neste momento e comprometeu-se  
480 a encaminhá-lo no Ministério da Integração e DNOCS. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça**  
481 **(SRHU)** concordou com a sugestão e sugeriu que a Secretaria Executiva encaminhe o  
482 documento e consulte as partes envolvidas sobre sua inclusão na pauta próxima reunião. O **Sr.**  
483 **Aureliano Cesar (SRHU)** comunicou o recebimento de email da Sra. Martha Sugai (COPEL),  
484 responsável pela elaboração do documento básico sobre o conceito de vazão e da respectiva  
485 proposta de resolução, no qual informa a data provável de conclusão desses documentos até o dia  
486 30 do corrente mês e sugere a discussão desse tema em reunião conjunta CTAP/CTPOAR.  
487 Informou as prováveis datas de reuniões dessas câmaras. Após a discussão foram definidas as  
488 seguintes datas para as reuniões da CTAP: 29 e 30 de outubro, em Brasília, para os  
489 desdobramentos desta reunião; 30 de novembro, em São Paulo, conjunta com a CTPOAR, para a  
490 discussão dos documentos sobre vazão. Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Márley Caetano de**  
491 **Mendonça (SRHU)** agradeceu a todos pela presença e encerrou a 59ª Reunião da CTAP às  
492 17h25m.

493 **ATA APROVADA NA 60ª REUNIÃO, EM 30 DE OUTUBRO DE 2007**

494  
495 Márley Caetano de Mendonça  
496 Presidente da CTAP

Aureliano Cesar Martins Silva  
Relator da CTAP